



Regulamento do Programa de Tutorias



https://pt.calameo.com/

Enquadramento legal

O Decreto Decreto-Lei n. º75/2008, de 22 de abril, enquadra no seu art.º 33º a figura do professor Tutor de uma forma mais abrangente do que a antes definida no Decreto Regulamentar n. º10/99 de 21 de julho, remetendo para o Regulamento Interno dos Estabelecimentos de Ensino a definição de outras competências consideradas pertinentes. Acresce que o Despacho Normativo n.º 10-B/2018, no seu art.º 12.º, prevê a implementação da medida de Apoio Tutorial (Específico) que adita às medidas já implementadas pelas escolas. A implementação desta medida deve ser proposta no âmbito do funcionamento da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).

Objetivos

A medida de Apoio Tutorial constitui-se como um recurso adicional, visando a diminuição das retenções e do abandono escolar precoce e consequentemente, a promoção do sucesso educativo. A tutoria é uma medida de proximidade com os alunos, destinada aos discentes do 2.º e 3.º ciclos do

Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções.; e alunos do

Ensino Secundário que não tenham progredido no ano transato

Tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem.

A tutoria em meio escolar pode constituir-se como um fator importante para a autorregulação das aprendizagens, desenvolvendo, desse modo, o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais.

Assim sendo, no Programa de Ação Tutorial (PAT) do Agrupamento de Escolas de Mirandela, entendese a ação de Tutoria como uma dinâmica colaborativa em que intervêm diferentes atores (alunos, docentes e encarregados de educação) com diferentes graus de implicação, de forma a resolver dificuldades de aprendizagem dos alunos, de facilitar a sua integração na escola e nos grupos/turma e de atenuar eventuais situações de conflito.

Os alicerces desta ação de tutoria são:

- **Capacitação** preparar os alunos para a sua própria auto-orientação e induzi-los, de forma progressiva, a criarem uma atitude para a tomada de decisões fundamentais e responsáveis sobre o presente e o futuro, quer na escola quer na vida social e profissional;
- Continuidade ser disponibilizada aos alunos ao longo dos diferentes níveis de escolaridade;
- Educação é tão importante a instrução dos alunos como a sua educação;
- Implicação dos diferentes atores, nomeadamente, família, comunidade e instituições que intervêm no processo educativo;
- Individualidade atender às características específicas de cada aluno;

Artigo 1º

Competências Específicas

O professor tutor tem as seguintes competências:

- Desenvolver medidas de apoio aos alunos, designadamente de integração na turma e na escola;
- Promover a articulação das atividades escolares dos alunos com outras atividades formativas;
- Aconselhar e orientar no estudo e nas tarefas escolares os alunos tutorados;
- Desenvolver a sua ação de forma articulada com os diretores de turma, conselhos de turma, serviços especializados de apoio educativo, designadamente o SPO e Educação Especial, e ainda, com as famílias;
- Elaborar relatórios periódicos (um por período) sobre os resultados da ação tutorial, para divulgação junto dos alunos visados e respetiva família, bem como aos conselhos de turma e conselho de tutores;
- Integrar o conselho de tutores, participando ativamente nos processos de elaboração e avaliação dos Planos de Ação Tutorial (PAT) e na definição de estratégias de atuação comuns.

Artigo 2º

Níveis de Intervenção

O desempenho das funções de professor tutor integra três níveis de intervenção:

a) Ação junto dos alunos de modo preferencialmente individualizado

- Esclarecer os alunos relativamente às funções inerentes ao desempenho do cargo, dando-lhes a oportunidade de participarem na programação das atividades, de acordo com os seus interesses e motivações;
- Aplicar questionários ou outros instrumentos e metodologias de trabalho, para efetuar a análise
 e diagnóstico da situação;
- Agendar entrevistas regulares com os alunos (informativas, orientadoras, ...), de forma a efetuar um acompanhamento proporcional às necessidades diagnosticadas;
- Proceder à aplicação e acompanhamento do Plano de Ação Tutorial (PAT) definido para cada aluno.

b) Ação junto dos professores

Preparar um Plano de Ação Tutorial (PAT) para todo o ano letivo (ou período de aplicação),
precisando o grau e o modo de implicação dos professores das diferentes disciplinas, em que os
alunos revelam maior dificuldade e os aspetos específicos e prioritários a que o tutor deverá
atender;

- Promover e coordenar atividades em colaboração com os diretores de turma, os professores e o serviço especializado de apoio educativo, de forma a fomentar a convivência, a integração e a participação dos alunos na vida da escola e no meio;
- Transmitir aos professores todas as informações sobre os alunos que lhes possam ser úteis no exercício da função docente;
- Colaborar com os restantes professores, no momento de definir e rever objetivos, preparar materiais e coordenar o uso dos meios disponíveis.

c) Ação junto de pais/encarregados de educação, em coordenação com os diretores de turma

- Esclarecer os pais/encarregados de educação relativamente às funções e tarefas da tutoria,
 solicitando a sua participação na programação das atividades;
- Promover/Obter a colaboração dos pais/encarregados de educação em relação ao trabalho pessoal dos seus educandos, organização do tempo de estudo em casa, do tempo livre e de descanso;
- Reunir com os pais/encarregados de educação na fase de implementação do Programa de Tutorias;
- Reunir com os pais/encarregados de educação quando este o solicitarem ou quando o tutor o considerar necessário, de forma a antecipar a resolução de situações de inadaptação ou de insucesso.

Artigo 3º

Perfil do Professor Tutor

O professor tutor será designado pela direção tendo em consideração os seguintes requisitos:

- Ser docente profissionalizado com experiência adequada e possuir, de preferência, formação em orientação educativa ou em coordenação pedagógica;
- Ter capacidade de negociar e mediar em diferentes situações e conflitos;
- Ser coerente, flexível e persistente;
- Ter facilidade em relacionar-se, nomeadamente com os alunos e respetivas famílias;
- Ter capacidade de trabalhar em equipa.

Artigo 4º

Perfil do Aluno Tutorado

A designação do aluno a ser acompanhado por um professor tutor será efetuada pelo Conselho de Turma/Diretor de Turma respetivo, ou direção, tendo em consideração os seguintes perfis:

- O aluno apresenta dificuldades de integração que comprometem seriamente o seu desempenho escolar:
- O aluno apresenta um perfil comportamental complexo que perturba sistematicamente o normal funcionamento das aulas;
- A situação familiar do aluno não permite que este tenha o devido acompanhamento em casa, o
 que tem consequências diretas na sua forma de estar na escola;
- O aluno apresenta um quadro clínico limitativo da frequência regular da escola, necessitando de um apoio ajustado às suas capacidades e necessidades;
- O aluno tem estatuto de alta competição.

Artigo 5º

Composição do Conselho de Tutores

O Conselho de Tutores é composto por todos os professores que desempenham esta função no Agrupamento em cada ano letivo.

O conselho de Professores Tutores dos Ensinos Básico e Secundário é presidido pelo Coordenador, elemento designado pelo Diretor do Agrupamento.

Artigo 6º

Competências do Conselho de Tutores

O Conselho de professores tutores reúne as seguintes competências:

- Assegurar a articulação e uniformização de procedimentos a adotar nas Tutorias, consubstanciada nos Planos de Ação Tutorial (PAT);
- Identificar necessidades de formação no âmbito das tutorias, de forma a conceber e desencadear mecanismos de formação e apoio aos tutores e a outros docentes da escola;
- Propor e planificar formas de atuação junto de alunos, pais e encarregados de educação, professores e outras entidades;
- Elaborar relatórios periódicos de monitorização da ação desenvolvida.

Artigo 7º

Competências do Coordenador/Equipa de Coordenação do Conselho de Tutores

O Coordenador/ Equipa de Coordenação do Conselho de Tutores terá as seguintes competências:

- Convocar, coordenar e presidir às reuniões do Conselho de Professores Tutores;
- Planificar, em colaboração com o Conselho de Professores Tutores, as atividades a desenvolver anualmente;

- Divulgar, junto dos professores tutores, toda a informação necessária ao adequado desenvolvimento das suas competências;
- Monitorizar a aplicação dos PAT (Planos de Ação Tutorial);
- Apresentar à Direção um relatório anual do trabalho desenvolvido.

Artigo 8º

Modelo de funcionamento

O Conselho de Professores Tutores reúne, em local a designar ou *online*, em reunião ordinária, no início do ano letivo e, em reunião extraordinária, sempre que necessário. Podem, ainda, realizar-se reuniões setoriais dos Professores Tutores de cada ano/nível de escolaridade para analisar situações ou problemas comuns e/ou específicos.

Destas reuniões serão lavradas atas. O dever de secretariar a reunião será estabelecido anualmente com base nos critérios da rotatividade e ordem alfabética do nome dos membros da estrutura.

Ao cargo de professor tutor é atribuído, sempre que possível, um bloco de 50 minutos da componente não letiva para efetuar o acompanhamento semanal dos alunos.

Em casos **devidamente fundamentados** esta componente poderá ser aumentada por decisão da Direção.

Artigo 9º

Plano de Ação Tutorial (PAT)

O Plano de Ação Tutorial é concebido pelo professor tutor de acordo com as linhas orientadoras definidas no Conselho de Tutores e apresentado ao Conselho de Turma, constituindo-se como instrumento integrante do Projeto Curricular de Turma.

O Plano de Ação Tutorial é um instrumento onde se encontram clarificados:

- Os critérios e procedimentos para a organização e funcionamento da tutoria;
- As linhas de atuação que o tutor desenvolve com os alunos de cada grupo e respetivas famílias;
- A equipa educativa implicada;
- As medidas para manter uma comunicação eficaz com as famílias, quer com vista ao intercâmbio de informações sobre aspetos relevantes para melhorar o processo de aprendizagem dos alunos, quer para orientá-los e promover a sua cooperação;
- As atividades a realizar semanalmente com o(s) aluno(s) e as previstas no atendimento individual.
 O Plano de Ação Tutorial (PAT) deve ainda contemplar em anexo os seguintes dados:
- Caraterização do aluno Dados pessoais; dados relevantes sobre a sua história escolar e familiar;
 caraterísticas pessoais (interesses, motivações, «estilo» de aprendizagem, adaptação familiar e social, nível de integração no grupo-turma); problemas e inquietudes; necessidades educativas;

- Registo de informação relevante Dados identificados como merecedores de realce por parte do Conselho de Tutores, designadamente, os principais problemas e potencialidades, os pontos fracos e fortes do desempenho do aluno;
- Acompanhamento personalizado do aluno Dados respeitantes a informação recolhida nas entrevistas periódicas; registo de incidentes; observações sobre atitudes, comportamento, competências demonstradas, dificuldades, e outros identificados como relevantes;
- Articulação com outras estruturas e serviços Identificação das estruturas e serviços envolvidos;
- Articulação com a família Estratégias adotadas tendo em vista o envolvimento da família;
 calendário de reuniões; canais de circulação de informação; nível de aceitação das medidas, e outros identificados como relevantes;
- **Nível de adequação do PAT** Avaliação sistemática do documento, tendo em consideração os níveis de coerência, eficiência e eficácia.

Este Regulamento do Programa de Tutorias é válido para o ano letivo 2020/2021 e será revisto quando necessário.